

*Parecer proferido em
plenário, em 4/10/2017,
às 17:35h*

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 8.612, DE 2017

EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 8.612, DE 2017

Relator: Deputado Vicente Cândido

I – RELATÓRIO

Iniciada a discussão da matéria no Plenário, foram apresentadas as seguintes emendas ao projeto de lei em foco:

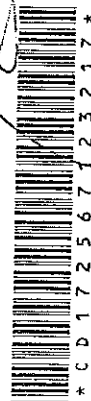
EMP 1, que altera o art. 109 do Código Eleitoral para permitir a participação de todos os partidos na distribuição dos lugares em disputa, independentemente de terem ou não alcançado o quociente eleitoral;

EMP 2, que altera o art. 23, § 1º da Lei Eleitoral para que o limite de dez salários mínimos previsto para doações de pessoa física atinja todas as doações e não as doações para cada cargo, como previsto no projeto;

EMP 3, que propõe novas regras de distribuição de recursos do Fundo Eleitoral;

EMP 4 e EMP 8, que propõem a supressão do art. 14 do projeto, que regulava o sistema majoritário (distritão);

EMP 5, que propõe o retorno da regra sobre tempo mínimo de domicílio e filiação partidária hoje existente na lei (seis meses filiação, um ano domicílio);



EMP 6, que inclui medidas de proteção contra discurso de ódio, disseminação de informação falsa ou ofensa contra partido, coligação ou candidato na internet e também permite a comercialização de bens e serviços ou promoção de eventos para fins de arrecadação de recursos de campanha;

EMP 7, que propõe a sujeição a referendo popular das regras sobre sistema eleitoral e partidário;

EMP 9, que determina a manutenção do quantitativo de zonas eleitorais existentes até 31 de dezembro de 2016 e o consequente restabelecimento de zonas suprimidas após essa data;

EMP 10, que suprime a propaganda eleitoral por carro de som;

EMP 11, que determina à Justiça Eleitoral considerar a identidade de gênero declarada pelo candidato ou candidata, para fins da cota mínima de vagas de um e outro sexo a que se refere a lei eleitoral;

EMP 12, que altera o art. 19 do projeto para alterar os percentuais mínimos do Fundo Partidário destinados ao financiamento de campanhas de um e outro sexo;

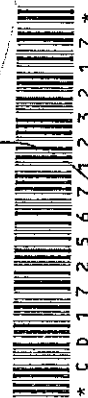
EMP 13, que assegura a participação de ambos os sexos na composição das chapas majoritárias;

EMP 14, que reduz o prazo mínimo de domicílio eleitoral para seis meses e permite que partido constituído há pelo menos seis meses possa participar da eleição;

EMP 15, que altera o limite de doação de pessoa física para quinze salários mínimos, mas considerando todas as doações efetuadas para cargos majoritários em disputa;

EMP 16 e 17, que alteram os limites de gastos previstos no projeto;

EMP 18, que torna facultativo para os candidatos receber ou não os recursos do Fundo Eleitoral a que tenham direito, devendo os recursos não utilizados ser devolvidos ao Tesouro;



EMP 19, que institui uma "janela" para mudança partidária nos trinta dias da publicação da lei, com redistribuição dos recursos de financiamento eleitoral e partidário dela decorrentes;

EMP 20, que propõe novos critérios de distribuição de recursos do Fundo Partidário;

EMP 21 e 22, que propõe novos critérios de distribuição do Fundo Eleitoral, considerada a representação dos partidos na Câmara em 15 de setembro de 2017;

EMP 23 e 24, que institui "janela" para mudança partidária nos trinta dias subsequentes à promulgação da lei, sem efeitos sobre a distribuição dos recursos dos fundos eleitoral e partidário; também suspende, até o fim da atual legislatura, a aplicabilidade da "janela permanente" prevista na legislação atual;

EMP 25, que assegura autonomia partidária para escolha e duração de seus órgãos;

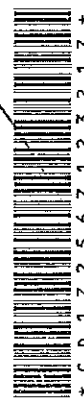
EMP 26, que institui regras especiais até o fim da atual legislatura para a distribuição do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na tv;

EMP 27, que institui "janela" de mudança partidária nos trinta dias subsequentes à publicação da lei, com efeitos sobre a distribuição do fundo partidário e do tempo de rádio e televisão;

EMP 28, que determina, para as eleições de 2018, que a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na tv seja feita com base na representação dos partidos na Câmara em 10 de agosto de 2017;

EMP 29, que determina, para as eleições de 2018, que as mudanças de filiação partidária ocorridas no período da "janela" permanente prevista na legislação tenha efeitos sobre a distribuição dos recursos do fundo partidário e do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na tv;

EMP 30, que institui "janela" para mudança partidária nos trinta dias subsequentes à publicação da lei;



* C D 1 7 2 5 6 7 1 2 3 2 1 7 *

EMP 31, que restringe a propaganda eleitoral por meio de carro de som e minitrios;

EMP 32, que propõe uma série de alterações na lei dos partidos sobre pagamento de multas, uso de recursos públicos, entre outras;

EMP 33, que propõe sejam excluídos do rol de gastos considerados de campanha as despesas com consultoria, assessoria e honorários de advogado e contador;

EMP 34, que pretende flexibilizar a previsão da "janela" para mudança de partido, permitindo, por exemplo, que um vereador possa mudar de partido sem perder o mandato para concorrer a deputado federal, por exemplo;

EMP 35, que reserva um percentual de cinco por cento para candidatos com deficiência;

EMP 36, que determina a realização do programa eleitoral exclusivamente em estúdio, vedando cenas externas, à exceção de imagens extraídas de documentários;

EMP 37 e 39, que têm a forma de substitutivos e propõem redações bem mais reduzidas para o projeto de lei;

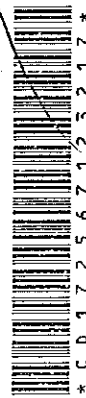
EMP 38, que reinclui no substitutivo a regra do projeto sobre propaganda por telefone (telemarketing);

EMP 40, que retira da cláusula de revogações o art. 11 da Lei 13165/15;

EMP 41, que suprime do substitutivo o art. 10 (que remete para até duas eleições subsequentes a aplicação da regra do voto impresso);

EMP 42, que determina sejam conhecidas e apreciadas até a data limite para registro de candidaturas, para fins de quitação eleitoral, todas as contas de campanha, ainda que extemporâneas, com aplicação de multa no valor de dois por cento.

É o relatório.



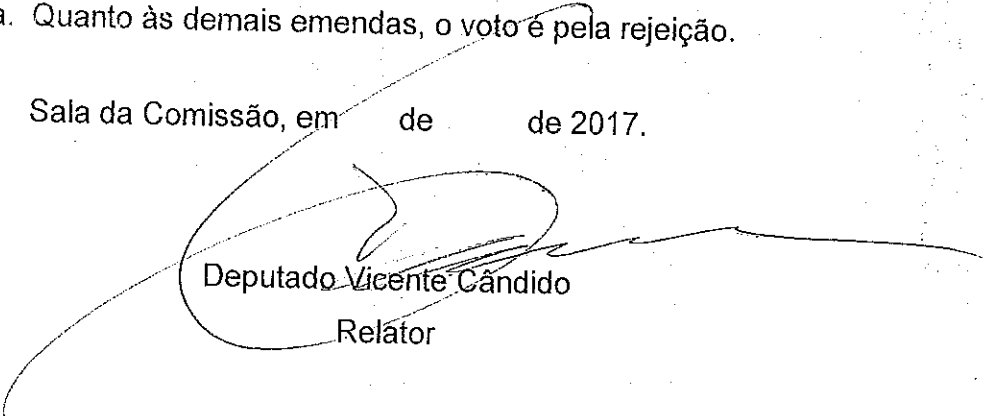
I – VOTO DO RELATOR

Todas as emendas apresentadas atendem, em linhas gerais, aos requisitos constitucionais e de juridicidade e adequação financeira e orçamentária.

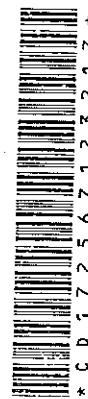
Quanto ao mérito, embora reconheçamos os bons propósitos da maioria das alterações propostas, acolheremos apenas aquelas que nos parecem contribuir para o entendimento e o acordo entre as bancadas, dada a situação de urgência na deliberação desta matéria, que não nos permite, neste momento, aprofundar a discussão de temas mais controversos ou complexos neste momento.

Concluo o voto, assim, no sentido da constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e redação, compatibilidade financeira e orçamentária de todas as emendas e, no mérito, da aprovação das EMP 1, 5, 38, 45 e 47, que incorporamos ao substitutivo na forma de uma subemenda substitutiva global, ora anexada. Quanto às demais emendas, o voto é pela rejeição.

Sala da Comissão, em de de 2017.


Deputado Vicente Cândido

Relator



COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A DAR PARECER SOBRE O
PROJETO DE LEI Nº 8.612, DE 2017

PROJETO DE LEI Nº 8.612, DE 2017

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL DO RELATOR

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PERMANENTES

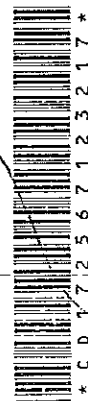
Art. 1º A Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar com as alterações seguintes:

“Art. 11. (...)

.....

§ 8º (...):

III - o parcelamento das multas eleitorais é direito dos cidadãos e das pessoas jurídicas e pode ser feito em até 60 (sessenta) meses, salvo quando o valor da parcela



ultrapassar 5% (cinco por cento) da renda mensal, no caso de cidadão, ou 2% (dois por cento) do faturamento, no caso de pessoa jurídica, hipótese em que poderá se estender por prazo superior de modo que as parcelas não ultrapassem os referidos limites;

IV - o parcelamento de multas eleitorais e de outras multas e débitos de natureza não eleitoral imputados pelo Poder Público é garantido também aos partidos políticos em até sessenta meses, salvo se o valor da parcela ultrapassar o limite de 2% (dois por cento) do repasse mensal do Fundo Partidário, hipótese em que poderá se estender por prazo superior de modo que as parcelas não ultrapassem o referido limite.

.....

§ 14. É vedado o registro de candidatura avulsa, ainda que o requerente tenha filiação partidária. (NR)

Art. 16-D. Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), para o primeiro turno das eleições, serão distribuídos entre os partidos políticos, obedecidos os seguintes critérios:

I – 2% (dois por cento), divididos igualmente entre todos os partidos com estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral;

II – 35% (trinta e cinco por cento), divididos entre os partidos que tenham pelo menos um representante na Câmara dos Deputados, na proporção do percentual de votos por eles obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados;

III - 48% (quarenta e oito por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes na



Câmara dos Deputados consideradas as legendas dos titulares;

IV – 15% (quinze por cento), divididos entre os partidos, na proporção do número de representantes no Senado Federal, consideradas as legendas dos titulares.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, a representação de cada partido na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal será a resultante da eleição.

§ 2º Para as campanhas de segundo turno, onde houver, os recursos do FEFC serão distribuídos de acordo com as seguintes diretrizes:

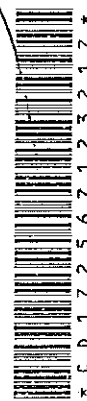
I – para a campanha de Presidente, serão destinados 35% (trinta e cinco por cento) do total;

II – para as campanhas de Governadores, serão destinados 65% (sessenta e cinco por cento) do total, distribuídos entre as circunscrições em que houver segundo turno, de forma proporcional e limitados aos tetos definidos para cada Unidade da Federação.

.....
Art. 18. Os limites de gastos de campanha serão definidos em lei e divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral. (NR)

.....
Art. 22-A. (...)

.....
§ 3º Desde o dia 15 de maio do ano eleitoral, é facultada aos pré-candidatos a arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no art. 23, § 4º, IV, mas a liberação de recursos por parte das entidades arrecadoras fica condicionada ao registro da candidatura e a realização de



despesas de campanha deverá observar o calendário eleitoral.

§ 4º Na hipótese prevista no § 3º, não sendo efetivado o registro da candidatura, as entidades arrecadadoras deverão devolver os valores arrecadados aos doadores.(NR)

Art. 23. (...)

§ 1º As doações e contribuições de que trata este artigo não poderão ultrapassar dez por cento do rendimento bruto auferido pelo doador no ano anterior à eleição, limitado a dez salários mínimos para cada cargo ou chapa majoritária em disputa, somadas todas as doações.

§ 1º-A (revogado)

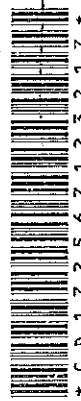
§ 1º-B. Caso o doador esteja isento de declarar imposto de renda, a verificação do limite de doação terá como base de cálculo o teto de rendimentos estipulado para a isenção.

§ 3º A doação de quantia acima dos limites fixados neste artigo sujeita o infrator ao pagamento de multa no valor de até cem por cento da quantia em excesso.

§ 4º (...):

IV – instituições que promovam técnicas e serviços de financiamento coletivo por meio de sítios da internet, aplicativos eletrônicos e outros recursos similares, que deverão atender aos seguintes requisitos:

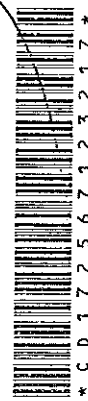
a) cadastro prévio na Justiça Eleitoral, que estabelecerá regulamentação para prestação de contas, fiscalização instantânea das doações, contas intermediárias, se houver, e repasses aos candidatos;



- b) identificação obrigatória, com o nome completo e o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) de cada um dos doadores e das quantias doadas;
- c) disponibilização em sítio eletrônico de lista com identificação dos doadores e das respectivas quantias doadas, a ser atualizada instantaneamente a cada nova doação;
- d) emissão obrigatória de recibo para o doador, relativo a cada doação realizada, sob a responsabilidade da entidade arrecadadora, com envio imediato para a Justiça Eleitoral e para o candidato de todas as informações relativas à doação;
- e) ampla ciência a candidatos e eleitores acerca das taxas administrativas a serem cobradas pela realização do serviço;
- f) não incidência em quaisquer das hipóteses listadas no artigo 24;
- g) observância do calendário eleitoral, especialmente no que diz respeito ao início do período de arrecadação financeira, tal qual disposto no § 2º do art. 22-A;
- h) observância dos dispositivos desta Lei relacionados à propaganda na internet.

§ 4º-A Na prestação de contas das doações mencionadas no § 4º, é dispensada a apresentação de recibo eleitoral, sendo sua comprovação realizada por meio de documento bancário que identifique o CPF dos doadores.

§ 4º-B. As doações realizadas por meio das modalidades previstas nos incisos III e IV do § 4º devem ser informadas à Justiça Eleitoral pelos candidatos e partidos no prazo previsto no art. 28, §4º, I, contado a partir do momento em que os recursos arrecadados forem depositados nas contas bancárias dos candidatos, partidos ou coligações.



.....

§ 6º Na hipótese de doações realizadas por meio das modalidades previstas nos incisos III e IV do § 4º, fraudes ou erros cometidos pelo doador sem conhecimento dos candidatos, partidos ou coligações não ensejarão a responsabilidade destes nem a rejeição de suas contas eleitorais.

.....

§ 7º O limite previsto no § 1º não se aplica a doações estimáveis em dinheiro relativas à utilização de bens móveis ou imóveis de propriedade do doador ou à prestação de serviços próprios, desde que o valor estimado não ultrapasse R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por doador.

§ 8º Ficam autorizadas a participar das transações relativas às modalidades de doações previstas nos incisos III e IV do § 4º todas as instituições que atendam, nos termos da lei e da regulamentação expedida pelo Banco Central, os critérios para operar arranjos de pagamento.

§ 9º As instituições financeiras e de pagamento não poderão recusar a utilização de cartões de débito e crédito como meio de doações eleitorais de pessoas físicas. (NR)

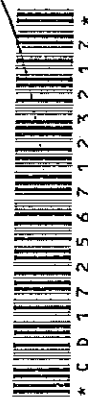
.....

Art. 26. (...)

.....

IV - despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas, observadas as exceções previstas no §3º;

.....



XV - custos com a criação e inclusão de sítios na Internet e com o impulsionamento de conteúdos contratados diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no País;

.....
 § 1º (atual redação do parágrafo único).

§ 2º Para os fins desta lei, inclui-se entre as formas de impulsionamento de conteúdo a priorização paga de conteúdos resultantes de aplicações de busca na internet.

§ 3º Não são consideradas gastos eleitorais nem se sujeitam a prestação de contas as seguintes despesas de natureza pessoal do candidato:

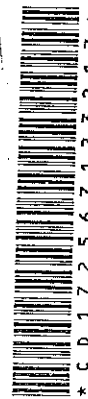
- a) combustível e manutenção de veículo automotor usado por ele na campanha;
- b) remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que se refere a alínea a;
- c) alimentação e hospedagem própria;
- d) uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três. (NR)

.....
 Art. 28. (...)

.....
 § 6º (...):

.....
 III - a cessão de automóvel de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o terceiro grau para seu uso pessoal durante a campanha.

.....(NR)



.....
 Art. 36-A. (...)

.....
 VII – campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade prevista no art. 23, § 4º, IV.

..... (NR)

.....
 Art. 37. (...)

.....
 § 2º Não é permitida a veiculação de material de propaganda eleitoral em bens públicos ou particulares, exceto:

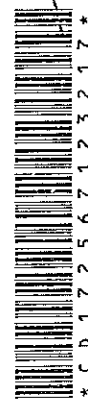
I – bandeiras ao longo de vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos;

II – adesivo plástico em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não exceda a 0,5m² (meio metro quadrado).

..... (NR)

Art. 38-A. É permitida a propaganda eleitoral por comunicação telefônica, desde que realizada a chamada por pessoa natural, dentro do intervalo das nove às vinte horas, de segunda-feira a sábado, com a identificação do terminal chamador e do motivo da ligação e com o oferecimento da opção pelo não recebimento de novas chamadas, vedada a contratação de empresa para o serviço.

.....
 Art. 39 (...)



§ 5º (...)

IV – a publicação de novos conteúdos ou o impulsionamento de conteúdos nas aplicações de internet de que trata o Art. 57-B, podendo ser mantidas em funcionamento as aplicações e os conteúdos publicados anteriormente.

(NR)

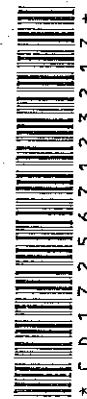
Art. 46. Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta Lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação, no Congresso Nacional, de, no mínimo, cinco parlamentares, e facultada a dos demais, observado o seguinte:

(NR)

Art. 49. Se houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão reservarão, a partir da sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno e até a antevéspera da eleição, horário destinado à divulgação da propaganda eleitoral gratuita, dividida em dois blocos diários de dez minutos para cada eleição, sendo que os blocos terão início às sete e às doze horas, no rádio, e às treze e às vinte horas e trinta minutos, na televisão.

(NR)

Art. 51. Durante o período previsto no art. 47, as emissoras de rádio e televisão e os canais por assinatura mencionados



no art. 57 reservarão setenta minutos diários para a propaganda eleitoral gratuita, a serem usados em inserções de trinta e sessenta segundos, a critério do respectivo partido ou coligação, assinadas obrigatoriamente pelo partido ou coligação, e distribuídas, ao longo da programação veiculada entre as cinco e as vinte quatro horas, nos termos do § 2º do art. 47, obedecido o seguinte: (...)

.....

§ 2º Durante o período previsto no art. 49, onde houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57 reservarão, por cada cargo em disputa, vinte e cinco minutos para serem usados em inserções de trinta e sessenta segundos, observadas as disposições deste artigo. (NR)

.....

Propaganda na Internet

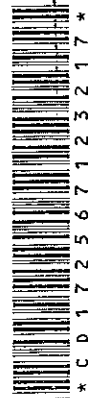
Art. 57-B. (...)

.....

IV - por meio de blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e aplicações de internet assemelhadas cujo conteúdo seja gerado ou editado por:

- a) candidatos, partidos ou coligações; ou
- b) qualquer pessoa natural, desde que não contrate impulsionamento de conteúdos.

§ 1º Os endereços eletrônicos das aplicações de que trata este artigo, salvo aqueles de iniciativa de pessoa natural, deverão ser comunicados à Justiça Eleitoral, podendo ser mantidos durante todo o pleito eleitoral os mesmos endereços eletrônicos em uso antes do início da propaganda eleitoral.



§ 2º Não é admitida a veiculação de conteúdos de cunho eleitoral mediante cadastro de usuário de aplicação de internet com a intenção de falsear identidade.

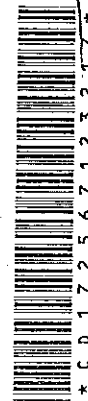
§ 3º É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros.

§ 4º O provedor de aplicação de internet que possibilite o impulsionamento pago de conteúdos deverá contar com canal de comunicação com seus usuários e somente poderá ser responsabilizado por danos decorrentes do conteúdo impulsionado se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente pela Justiça Eleitoral.

§ 5º A violação do disposto neste artigo sujeita o usuário responsável pelo conteúdo e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa. (NR)

Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, desde que identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando comprovado seu prévio conhecimento,



o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.

§ 3º O impulsionamento de que trata o caput deverá ser contratado diretamente de provedor da aplicação de internet com sede e foro no País, ou de sua filial, sucursal, escritório, estabelecimento ou representante legalmente estabelecido no País e apenas com o fim de promover ou beneficiar candidatos ou suas agremiações. (NR)

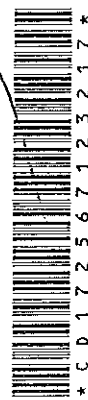
Art. 57-I. A requerimento de candidato, partido ou coligação, observado o rito previsto no art. 96, a Justiça Eleitoral poderá determinar, no âmbito e nos limites técnicos de cada aplicação de internet, a suspensão do acesso a todo conteúdo veiculado que deixar de cumprir as disposições desta Lei, devendo o número de horas de suspensão ser definida proporcionalmente à gravidade da infração cometida em cada caso, observado o limite máximo de 24 (vinte e quatro).

(NR)

Art. 57-J. O Tribunal Superior Eleitoral regulamentará o disposto nos artigos 57-A a 57-I de acordo com o cenário e as ferramentas tecnológicas existentes em cada momento eleitoral e promoverá, junto aos veículos, partidos e demais entidades interessadas, a formulação e a ampla divulgação de regras de boas práticas relativas a campanhas eleitorais na internet.

Art. 58. (...)

§ 3º (...)



.....
 IV – (...)

a) deferido o pedido, o usuário ofensor deverá divulgar a resposta do ofendido em até 48 horas após sua entrega em mídia física, empregando nessa divulgação o mesmo impulsionamento de conteúdo eventualmente contratado nos termos referidos no art. 57-C e o mesmo veículo, espaço, local, horário, página eletrônica, tamanho, caracteres e outros elementos de realce usados na ofensa;

..... (NR)

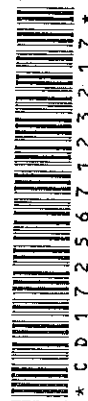
Art. 93-A. O Tribunal Superior Eleitoral, no período compreendido entre 1º de abril e 30 de julho dos anos eleitorais, promoverá, em até cinco minutos diários, contínuos ou não, requisitados às emissoras de rádio e televisão, propaganda institucional, em rádio e televisão, destinada a incentivar a participação feminina, dos jovens e da comunidade negra na política, bem como a esclarecer os cidadãos sobre as regras e o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro. (NR)"

Art. 2º A Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, passa a vigorar com as alterações seguintes:

"Art. 1º (...)

Parágrafo único. O partido político não se equipara às entidades paraestatais. (NR)

.....
 "Art. 31. (...)



II – entes públicos e pessoas jurídicas de qualquer natureza, ressalvadas as dotações referidas no art. 38 e as provenientes do Fundo Especial de Financiamento da Campanha;

III - (revogado);

.....

V – pessoas físicas que exerçam função ou cargo público de livre nomeação e exoneração, ou cargo ou emprego público temporário, ressalvados os filiados a partido político. (NR)”

Art. 3º A Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 109. (...)

.....

§ 2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos e coligações que participaram do pleito. (NR)

.....

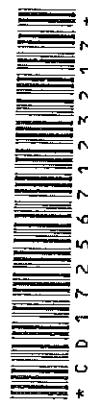
Art. 354-A. Apropriar-se o candidato, o administrador financeiro da campanha ou quem de fato exerça essa função de bens, recursos ou valores destinados ao financiamento eleitoral, em proveito próprio ou alheio:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.”

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 3º Em 2018, para fins do disposto nos incisos III e IV do art. 16-D da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, a distribuição dos recursos entre os partidos terá por base o número de representantes titulares na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, apurado em 28 de agosto de 2017 e, nas



eleições subsequentes, apurado no último dia da sessão legislativa imediatamente anterior ao ano eleitoral.

Parágrafo único. Os critérios de distribuição dos recursos entre as candidaturas do partido, inclusive, nas eleições majoritárias, em coligação, assegurarão uma parcela mínima de vinte por cento a ser distribuída, de modo igualitário, entre os candidatos do partido ao mesmo cargo, na mesma circunscrição.

Art. 4º Nas eleições para Presidente da República em 2018, o limite de gastos de campanha de cada candidato será de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais).

Parágrafo único. Na campanha para o segundo turno, se houver, o limite de gastos de cada candidato será de 50% (cinquenta por cento) do valor estabelecido no *caput*.

Art. 5º O limite de gastos nas campanhas dos candidatos às eleições de Governador e Senador em 2018 será definido de acordo com o número de eleitores de cada unidade da Federação apurado no dia 31 de maio de 2018, nos termos previstos neste artigo.

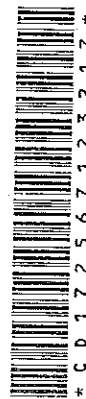
§ 1º Nas eleições para Governador, serão os seguintes os limites de gastos de campanha de cada candidato:

I - nas Unidades de Federação com até um milhão de eleitores: R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil de reais);

II - nas Unidades de Federação com mais de um milhão de eleitores e de até dois milhões de eleitores: R\$ 4.900.000,00 (quatro milhões e novecentos mil reais);

III - nas Unidades de Federação com mais de dois milhões de eleitores e de até quatro milhões de eleitores: R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais);

IV - nas Unidades de Federação com mais de quatro milhões de eleitores e de até dez milhões de eleitores: R\$ 9.100.000,00 (nove milhões e cem mil reais);



V - nas Unidades de Federação com mais de dez milhões de eleitores e de até vinte milhões de eleitores: R\$ 14.000.000,00 (catorze milhões de reais);

VI - nas Unidades de Federação com mais de vinte milhões de eleitores: R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais).

§ 2º Nas eleições para Senador, serão os seguintes os limites de gastos de campanha de cada candidato:

I - nas Unidades de Federação com até dois milhões de eleitores: R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais);

II - nas Unidades de Federação com mais de dois milhões de eleitores e de até quatro milhões de eleitores: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);

III - nas Unidades de Federação com mais de quatro milhões de eleitores e de até dez milhões de eleitores: R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais);

IV - nas Unidades de Federação com mais de dez milhões de eleitores e de até vinte milhões de eleitores: R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais);

V - nas Unidades de Federação com mais de vinte milhões de eleitores: R\$ 5.600.000,00 (cinco milhões e seiscentos mil reais).

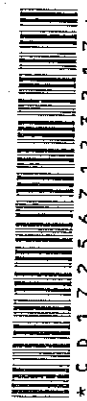
§ 3º Nas campanhas para o segundo turno de governador, onde houver, o limite de gastos de cada candidato será de 50% (cinquenta por cento) dos limites fixados no § 1º.

Art. 6º. Em 2018, o limite de gastos será de:

I - R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para as campanhas dos candidatos às eleições de deputado federal e distrital;

II - R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as campanhas dos candidatos às eleições de deputado estadual e distrital.

Art. 7º Nas eleições de 2018, se as doações de pessoas físicas a candidatos, somadas aos recursos públicos, excederem o limite de gastos



permitido para a respectiva campanha, o valor excedente poderá ser transferido para o partido do candidato.

Art. 8º Nas eleições de 2018, o candidato ao cargo de deputado federal, estadual ou distrital poderá usar recursos próprios em sua campanha, até o montante de 7% (sete por cento) do limite de gastos estabelecido nesta lei para o respectivo cargo.

Parágrafo único. O candidato a cargo majoritário poderá utilizar recursos próprios em sua campanha até o limite de duzentos mil reais.

Art. 9º. Os partidos políticos e as pessoas físicas ou jurídicas devedoras de multas eleitorais poderão, no prazo de até noventa dias da publicação desta lei, quitá-las com desconto de noventa por cento sobre o valor devido, desde que efetuado o pagamento à vista.

Art. 10. Até a segunda eleição geral subsequente à aprovação desta Lei, será implantado o processo de votação eletrônica com impressão do registro do voto a que se refere o art. 59-A da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

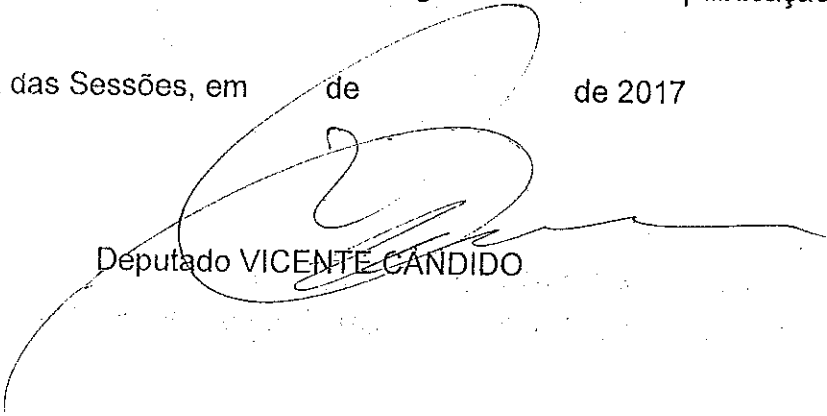
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Os partidos deverão adequar seus estatutos aos termos desta Lei até o final do exercício de 2017.

Art. 12. Ficam revogados o art. 23, § 1º-A, da Lei nº 9.504 de 30 de setembro de 1997; e os artigos 5º a 8º e 10 a 12 da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015.

Art. 13. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2017


Deputado VICENTE CÂNDIDO

